

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 09.347.229/0001-71

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
Ativo	Controladora		Consolidado		Notas
	2021	2020	2021	2020	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.158	11.953	46.739	60.113
Aplicações financeiras	5	27.369	39.894	48.567	46.618
Contas a receber de clientes	6	10.221	13.163	65.004	72.061
Almoxarifado			65	21	619
Dividendos a receber	8	226	10.514	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.765	5.439	10.728	6.344
Impostos e contribuições sobre lucro a recuperar		5.115	5.647	5.776	6.539
Outras contas a receber		2.458	3.342	5.330	4.412
Total do ativo circulante		60.312	90.017	182.165	196.706
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	-	-	91.490	116.906
Impostos e contribuições a recuperar	7	404	159	1.463	576
Outras contas a receber		125	807	137	967
Investimentos	9	141.058	80.612	37.713	3.625
Imobilizado	10	7.334	5.770	32.103	14.789
Intangível		5.304	5.577	8.318	8.578
Total do ativo não circulante		154.225	92.925	137.284	145.441
Total do ativo		214.537	182.942	319.449	342.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	Participação dos acionistas não controladores
	Capital social	Reservas de capital	Reservas legais						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15.976	-	-	-	-	82.572	27.501	110.073	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	77.294	37.898	115.192	-
Contribuições, distribuições e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções de compra - vesting period	-	1.074	-	-	-	-	1.074	-	1.074
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(19.324)	(19.324)	-	(20.125)
Reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	(57.970)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.976	1.074	5.413	119.153	-	141.616	55.598	197.214	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.763	3.763	(4.633)	(870)
Aumento de capital	17.1	47.270	-	-	-	47.270	-	47.270	-
Adquirição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações entre acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições, distribuições e constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções de compra - vesting period	17.5	561	-	-	-	-	561	-	561
Reserva legal	173.1	-	188	-	-	-	-	-	(894)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	2.681	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	173.3	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(148)	-	(148)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	63.246	1.635	5.601	119.153	2.681	193.056	-	193.056	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser aquele pelo qual a Companhia e suas controladas, a Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas e mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transações entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros. **3. Princípios contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.17.3.1 Base de consolidação. **3.1.1 Controladas:** A Companhia controla uma entidade de quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de uma participação patrimonial. Os investimentos da Companhia em entidades controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.1.2 Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, compreendendo suas participações em controladas. **3.1.3 Transações eliminadas:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas contra o investimento, caso os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2 Receita operacional:** **3.2.1 Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) a Companhia e suas controladas satisfizerem à obrigação de desempenho para transferir o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ato é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. A Companhia e suas controladas não criam um ativo com uso alternativo para as controladas e as controladas possuem direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando da sua execução. A Companhia e suas controladas executam os seguintes tipos de serviço: (i) Os serviços de call center, atendimento presencial e cobrança; (ii) Os serviços de seguro, com o faturamento mensal junto com a conta de energia elétrica faturada pela sua anuidade; (iii) Os serviços de leitura, entrega de contas de consumo de energia; (iv) Os serviços de expansão de fibra ótica e telecomunicações; e (v) Comercialização de energia elétrica. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4 Imobilizado:** O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado não geram benefícios econômicos futuros por uso ou venda, o ativo é considerado um ativo imobilizado. Quando as controladas da Companhia não possuem um ativo com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhuma expectativa econômica futura for esperada do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.5 Subvenções assistenciais governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do ativo. Quando as controladas da Companhia recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.5.1 Benefícios fiscais:** Equatorial Telecomunicações. **SUDENE:** Em 08 de novembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0173/2018, que outorga à Equatorial Telecomunicações S.A., o direito à redução do imposto de renda de 75%, para as receitas do Serviço de Comunicação de Multimídia (SCM), com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028. Em 26 de dezembro de 2019 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0243/2019, que outorga à Equatorial Telecomunicações S.A. o direito à redução do imposto de renda de 75%, para as receitas de STFC, com prazo de vigência de 2019 até o ano de 2028. **3.6 Plano de opção de compra de ações:** A Equatorial Serviços S.A. (controladora da Equatorial Serviços S.A.) concedeu plano de pagamento baseado em ações executivas alocadas na Equatorial Serviços S.A. e Equatorial Telecomunicações S.A. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou a medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito às prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o

Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Notas
	2021	2020	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	3.763	77.294	(870)	115.192	
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	892	41	997	192	
Resultado de equivalência patrimonial	5.397	(45.922)	-	-	
Encargos de ativos imobilizados	-	-	850	-	
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-	-	-	(441)	
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	-	(5)	23
Receita de ajuste de realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	-	-	
Resultados de aplicação financeira	(1.340)	(921)	(5.559)	(4.405)	
PIS e COFINS diferidos	-	-	-	(3.100)	
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	-	(10.336)	37.756	
Impostos de renda e contribuições sociais corretas	7.881	16.759	15.438	20.385	
Criação de participação nos lucros	804	-	804	-	
Valor justo das opções de compra - vesting period	456	1.068	561	1.074	
Outros	-	304	-	319	
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	17.853	48.623	32.874	49.134	
Variações em:					
Contas a receber de clientes	2.942	2.983	5.798	2.458	
Almoxarifado	65	28	843	28	
Impostos e contribuições a recuperar	(4.571)	(124)	(5.271)	(681)	
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	532	(532)	768	(898)	
Outras contas a receber	1.566	(189)	107	5.475	
Fornecedores	4.811	(414)	2.540	(1.551)	
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(5.692)	141	(5.830)	312	
Impostos e contribuições a recolher	(9.022)	545	(945)	1.203	
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	211	(3.728)	(14.571)	7.496	
Participação nos lucros	(796)	302	(162)	218	
Recebimento de dividendos	384	(509)	(2.360)	(586)	
Outros	10.514	3.978	-	-	
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	18.797	51.004	13.821	62.608	
Juros pagos/recebidos	-	-	(37)	-	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(13.136)	-	(14.294)	
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais	18.797	37.868	13.784	48.314	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.797	37.868	13.784	48.314	
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisições no ativo intangível	(383)	(788)	(422)	(775)	
Aquisições no imobilizado	(1.800)	(1.796)	(17.550)	(4.442)	
Aumento de capital em investidas	(17,950)	-	-	-	
Aquisições de investimentos	(4,7270)	(10)	(4,7270)	-	
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	-	-	(1,614)	-	
Aplicações financeiras	13,865	(15,101)	1,610	(16,054)	
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(53,538)	(17,695)	(65,246)	(21,271)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	(19,324)	(10,532)	(29,125)	(13,543)	
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(57)	-	
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	20,000	-	
Aumento de capital em investidas	47,270	-	47,270	-	
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	27,946	(10,532)	38,088	(13,543)	
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(6,795)	9,641	(13,374)	13,500	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11,953	2,312	60,113	46,613	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5,158	11,953	46,739	60,113	
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(6,795)	9,641	(13,374)	13,500	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado		Notas
	2021	2020	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	3.763	77.294	(870)	115.192	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	-	-	-	-	
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	(148)	-	(148)	-	
Total resultados abrangentes	3.615	77.294	(1.018)	115.192	
Resultados de hedge accounting de fluxo de caixa	3.615	77.294	(1.018)	115.192	
Acionistas não controladores	-	-	(4,633)	37,898	
Total dos resultados abrangentes	3.615	77.294	(1,018)	115,192	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (vesting date). **3.7 Imposto de renda e contribuição social.** **3.7.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro líquido antes do prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventos ajustes de exercício tributários e de outros ajustes de exercício corrente e a receber e reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes se: **T**iver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e **P**revisão de que os valores reconhecidos serão utilizados para realizar o pagamento. **3.7.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias de natureza permanente que seja provável que sejam utilizados para reduzir os lucros futuros e disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e suas controladas. Outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Todos os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação em que foram incorridos. Os custos de transação em que foram incorridos para a aquisição de um ativo financeiro são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 09.347229/0001-71

concluíram que não há indicadores de perda do valor recuperável (impairment) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. 3.11 Provisões. Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de um ativo exceda o seu custo líquido líquido em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de risco quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. (a) Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas. As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais. (b) Perdas esperadas para redução do valor recuperável de contas a receber. A controladora Equatorial Telecomunicações adota o modelo de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do aging list das contas a receber através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece o percentual de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com o aging list, 3.12 Moeda estrangeira. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. 3.13 Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.13.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. (a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Retorno da Taxa de Referência. As alterações foram aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021. O CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros de proteção diretamente afetada pela reforma de referência da taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, pois a referida taxa de juros de proteção não é aplicada aos ativos e passivos do balanço patrimonial. (b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Aрендatários em Contratos de Arrendamento. A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados com a consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. 3.14 Normas e interpretações ainda não efetivas. As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se cabível, quando entrarem em vigor: (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato. As alterações foram aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021. As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como ajuste do saldo de abertura de 1º de janeiro de 2021. O efeito das alterações em períodos subsequentes é reconhecido no resultado. Os comparativos não são representados. (b) IFRS 17 - Contratos de seguro. Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. As alterações foram aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021, substituindo a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia e suas controladas. (c) Classificação de ativos e passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que esse direito de postergar não é afetado pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergar; e • Que somente um derivativo emitido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os efeitos de emprestimo existentes podem existir reclassificação. (d) Alterações no IAS 1 - IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao usuário ou requerimento para divulgação de políticas contábeis em conformidade com as políticas contábeis aplicáveis. As alterações também incluem orientações para aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a divulgação de políticas contábeis, a adoção da data de aplicação não é necessária. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. (e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações no IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. (f) Outros normas e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas. • Imobilizado: Releitura antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); e Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Impacto de mudança de valor de ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e • Melhorias anuais para normas IFRS - 2019-2020.

Table with columns: Controladora, Circulante, Ativo, Passivo, Resultado. Includes data for 2021 and 2020.

Table with columns: Consolidado, Efeito no resultado, Ativo, Passivo, Resultado. Includes data for 2021 and 2020.

15. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado). 15.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos. 15.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos. 15.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social.

9.1 Movimentação dos investimentos em controladas. Table showing integration of capital, dividends, and results for 2020 and 2019.

Table showing integration of capital, dividends, and results for 2020 and 2019 across various companies.

Table showing integration of capital, dividends, and results for 2020 and 2019, including stock options.

16. Dividendos a pagar (Controladora). Conforme o estatuto social da Companhia, os dividendos são distribuídos aos acionistas em moeda funcional por meio do lucro líquido.

9.2 Informações das controladas. A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente.

Table with columns: Participação Societária, Circulante, Não circulante, Ativo, Passivo, Resultado. Lists companies like Solene Energias Comercializadora de Energia S.A.

Table with columns: Participação Societária, Circulante, Não circulante, Ativo, Passivo, Resultado. Lists companies like Solene Energias Comercializadora de Energia S.A.

Table with columns: Circulante, Não circulante, Ativo, Passivo, Resultado. Lists companies like Solene Energias Comercializadora de Energia S.A.

9.3 Conciliação dos investimentos. Table showing participation in capital, patrimony, and results for 2021 and 2020.

Table showing participation in capital, patrimony, and results for 2021 and 2020 across various companies.

Table showing participation in capital, patrimony, and results for 2021 and 2020 across various companies.

Table showing participation in capital, patrimony, and results for 2021 and 2020 across various companies.

10. Imobilizado (Consolidado). A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 é apresentada da seguinte forma: Depreciação acumulada e Valor líquido table.

Table showing depreciation accumulated and liquid value for 2021 and 2020.

Table showing depreciation accumulated and liquid value for 2021 and 2020.

Table showing depreciation accumulated and liquid value for 2021 and 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa. Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundo de investimento (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimentos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundo de investimento (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimentos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundo de investimento (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimentos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundo de investimento (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimentos.

5. Aplicações financeiras. Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundos de investimentos (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimento.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundos de investimentos (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimento.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundos de investimentos (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimento.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Fundos de investimentos (Exclusivo) and Cotas de fundos de investimento.

6. Contas a receber de clientes. Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Serviços prestados, Venda de energia, Venda de seguros, Venda de mercadorias, Marcação a mercado (a).

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Serviços prestados, Venda de energia, Venda de seguros, Venda de mercadorias, Marcação a mercado (a).

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Serviços prestados, Venda de energia, Venda de seguros, Venda de mercadorias, Marcação a mercado (a).

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Serviços prestados, Venda de energia, Venda de seguros, Venda de mercadorias, Marcação a mercado (a).

12.2 Cronograma de amortização da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos: Valor, %.

Table showing amortization schedule for 2021: Valor, %.

Table showing amortization schedule for 2021: Valor, %.

Table showing amortization schedule for 2021: Valor, %.

12.3 Movimentação da dívida. A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada: Moeda nacional, Moeda estrangeira.

Table showing debt movement for 2021: Moeda nacional, Moeda estrangeira.

Table showing debt movement for 2021: Moeda nacional, Moeda estrangeira.

Table showing debt movement for 2021: Moeda nacional, Moeda estrangeira.

13. Obrigações e encargos sobre folha de pagamento. Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, Salário e remunerações a pagar, Contribuições e encargos sociais, Provisões de 13º salário e férias, Outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, Salário e remunerações a pagar, Contribuições e encargos sociais, Provisões de 13º salário e férias, Outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, Salário e remunerações a pagar, Contribuições e encargos sociais, Provisões de 13º salário e férias, Outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, Salário e remunerações a pagar, Contribuições e encargos sociais, Provisões de 13º salário e férias, Outros.

14. Impostos e contribuições a recolher. Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, ICMS, PIS e COFINOS, Inss, Encargos sociais e outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, ICMS, PIS e COFINOS, Inss, Encargos sociais e outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, ICMS, PIS e COFINOS, Inss, Encargos sociais e outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Includes Circulante, ICMS, PIS e COFINOS, Inss, Encargos sociais e outros.

EQUATORIAL SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 09.347.229/0001-71

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco. Desta forma, para as respectivas datas de entrega ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Equatorial Energia como expectativa futura. (b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado. O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no período. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2020 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. (c) Forma de determinação da volatilidade esperada. Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Companhia:	Valor justo de preço de opção		Número de opções	
	2021	2020	2021	2020
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	250.000	24,78	250.000	20,10
Outorgadas durante o exercício	250.000	24,78	250.000	20,10
Existentes no fim do exercício	500.000	24,78	500.000	20,10

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 456 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2020) para a Companhia, e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base.

Companhia e suas controladas:

Companhia e suas controladas:	Valor justo ponderado de preço de opção		Número de opções	
	2021	2020	2021	2020
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	280.000	24,78	280.000	20,10
Outorgadas durante o exercício	280.000	24,78	280.000	20,10
Existentes no fim do exercício	560.000	24,78	560.000	20,10

Companhia e suas controladas:

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 561 (R\$ 867 em 31 de dezembro de 2020) referente ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia e suas controladas devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido, conforme CPC 10 (R1). 17.5. Plano de outorga de "Phantom Shares". Em 1º de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar a remuneração dos executivos da Companhia e dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas subsidiárias adquirir direitos a "Phantom Shares", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "Phantom Shares" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de Performance pela Companhia. O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia S.A. no período de 60 dias anteriores a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. Os recursos a serem entregues pela Equatorial Energia S.A. (Controladora da Equatorial Serviços) aos participantes do Programa serão oriundos do caixa das Companhias. (a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco. O Preço das "Phantom Shares" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederam a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. (b) Forma de cálculo da despesa do programa. O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício social de 2020, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração das métricas de performance definidas, a Companhia fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance forem atingidas:

Companhia e suas controladas:	Valor justo ponderado de preço de opção		Número de ações	
	2021	2020	2021	2020
Em ações				
Existentes em 1º de janeiro	50.000	21,47	50.000	21,47
Outorgadas durante o exercício	50.000	21,47	50.000	21,47
Existentes no fim do exercício	100.000	21,47	100.000	21,47

A despesa reconhecida para o plano de "Phantom shares" na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 409 (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2020). As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. Ressalta-se que este plano é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. Na prática não estão relacionados à volatilidade das ações da Companhia (EQU13). 18. Receita operacional líquida: A conciliação da receita operacional líquida está conforme a seguir demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Comercialização de energia elétrica				
Serviços prestados	94.049	194.755	327.641	334.868
Realização futura de contratos de energia elétrica			(32.535)	121.402
Outras receitas	1.054	300	18.317	591
Receita operacional bruta	95.103	195.055	434.813	676.299
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(71)		(3.770)	(3.099)
PIS e COFINS	(3.582)	(18.043)	(33.004)	(61.562)
ISS	(3.371)	(8.342)	(8.304)	(8.617)
Outros	(3.883)	(8.601)	(4.102)	(8.836)
Deduções da receita operacional	(10.907)	(34.986)	(44.680)	(82.114)
Receita operacional líquida	84.196	160.069	390.133	594.185

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(27.445)	(82.500)	(33.457)	(82.517)
Materiais	(869)	(4.204)	(13.862)	(4.204)
Serviços de terceiros	(977)	(3.253)	(2.796)	(3.253)
Energia elétrica comprada para revenda			(279.023)	(292.765)
Arrendamentos e alugueis	(670)	(8.669)	(975)	(8.669)
Outros	(1.500)	(910)	(8.500)	(6.709)
Custos dos serviços e energia elétrica	(31.461)	(99.536)	(338.613)	(398.117)
Pessoal	(13.081)	(7.924)	(19.934)	(16.102)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Materiais	(196)	(742)	(748)	(950)
Serviços de terceiros	(2.865)	(2.989)	(2.022)	(5.479)
Depreciação e amortização	(892)	(41)	(1.080)	(192)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(452)	(493)	(509)	(508)
Arrendamentos e alugueis	(352)	(324)	(464)	(576)
Outros	(91)	14	(181)	(121)
Despesas administrativas	(17.930)	(12.509)	(29.938)	(23.928)
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber			5	(23)
Total	(49.391)	(112.045)	(68.546)	(422.068)

20. Instrumentos financeiros: 20.1 Considerações gerais. A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos instrumentos financeiros, que incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessários. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger as variações de taxas de juros. 20.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de liquidez corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. (f) Mensuração do valor justo. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram justificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	4.931	4.931	8.120	8.120
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de Investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	227	227	3.833	3.833
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	27.369	27.369	39.894	39.894
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	10.221	10.221	13.163	13.163
Total do ativo			42.748	42.748	65.010	65.010

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.044	5.044	233	233
Total do passivo			5.044	5.044	233	233

Consolidado

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	7.079	7.079	8.556	8.556
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de Investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	39.660	39.660	51.557	51.557
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	48.567	48.567	46.618	46.618
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	156.494	156.494	188.967	188.967
Total do ativo			251.800	251.800	295.698	295.698

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021		2020	
			Con-tábil	Mer-cado	Con-tábil	Mer-cado
Fornecedores	-	Custo amortizado	33.598	33.598	27.308	27.308
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	19.930	19.930	-	-
Total do passivo			53.528	53.528	27.308	27.308

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Aplicações financeiras (ativo circulante) - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos se limitam a doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI; Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como custo amortizado; Empréstimos e financiamentos - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos das controladas da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). 20.3 Instrumentos financeiros derivativos. A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é fazer hedge de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando swaps de fluxo de caixa em que na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como hedge de fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de hedge. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de hedge, em relação a prazos, amortizações, notional contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%. Equatorial Telecomunicações. Em 28 de dezembro de 2021, ocorreu a liberação do empréstimo em moeda estrangeira junto ao Bocom no valor de US\$ 3.494, equivalente a R\$ 20.000, com juros semestrais e amortização em 29 de junho de 2026 e 28 de dezembro de 2026. A captação tem custo à taxa de libor + 1,76% a.a. + I.R. (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de hedge). Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do Bocom era R\$ 19.506 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, que podem ser assim resumidos:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	
		2021	2020
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	CDI	27.596	30.850
Impacto no resultado do exercício		813	1.626

Consolidado

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	
		2021	2020
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	CDI	88.227	98.629
Impacto no resultado do exercício		2.600	5.201
Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	11,79%	14,74%

(f) Risco de taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Condições, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e ao respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental baseado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos: Licenciamento ambiental; Gestão de limpeza de faixa, podas e supressão de vegetação; Gestão de resíduos; Educação e conscientização ambiental; Gestão de requisitos legais; Gestão de recursos hídricos; e Normalização e controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos. No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executoras de obra, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. 20.5 Gestão do capital. A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. 21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1 Transações não envolvendo caixa. CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. As transações que não envolveram o uso

de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	
		2021	2020
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	CDI	27.596	30.850
Impacto no resultado do exercício		813	1.626
Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	11,79%	14,74%

(*) Risco ambiental. A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Condições, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e ao respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental baseado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais stakeholders. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos: Licenciamento ambiental; Gestão de limpeza de faixa, podas e supressão de vegetação; Gestão de resíduos; Educação e conscientização ambiental; Gestão de requisitos legais; Gestão de recursos hídricos; e Normalização e controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos. No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executoras de obra, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. 20.5 Gestão do capital. A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. 21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1 Transações não envolvendo caixa. CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. As transações que não envolveram o uso

Operações passivas	Objetivo de proteção de risco de mercado	Valor justo	
		31/12/2021	31/12/2020
Bocom	R\$ 20.000		
Ponta ativa	US\$ - Libor + 2,07% a.a.	19.357	-
Ponta passiva	CDI + 1,71% a.a.	(20.024)	-
Total		(667)	-
Líquido circulante		-	-
Líquido não circulante		(667)	-
Total		(667)	-

Risco Cambial

Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	Valor Nominal	
	Ativo	Passivo
	20.000	667

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos Itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

Hedge de fluxo de caixa	Reserva de Hedge	
	2021	2020
Mudanças no valor justo		
Risco cambial - SWAP Empréstimos		(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(148)

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros. O Conselho de Administração da Equatorial Energia (Controladora da Companhia), bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidade. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2020. (f) Risco de crédito. Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. A Administração acompanha a evolução do risco a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança enviadas para mitigar o risco de inadimplência. Assim sendo, anualmente é realizado o workshop de cobrança para alinhamento dos direcionamentos estratégicos de recuperação do caixa a receber. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas. Caixa e equivalente de caixa. A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 5.158 e

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário				
			Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	27.596	30.850	31.663	32.476	30.036	29.223
Impacto no resultado do exercício				813	1.626	(813)	(1.626)